

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2019**

### **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS**

#### **ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA – AJDA**

A **Finep** – Financiadora de Estudos e Projetos torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria DGES nº 125/2017, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em regime de empreitada por preço **unitário**. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, que será assessorado pela sua equipe de apoio e encontra-se fundamentada na Lei nº 13.303/2016 e Decreto 8.945/2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/19, na Lei Complementar nº 123/06 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, bem como nas condições estabelecidas neste Edital.

São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:

- Termo de Referência – **Anexo I**;
- Planilha de Preços – **Anexo II**;
- Declaração de Endereço Eletrônico e Dados Bancários – **Anexo III**;
- Minuta de contrato – **Anexo IV**.

### **1. DO OBJETO**

Contratação de prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista, assim como a emissão de análise técnica, quanto ao valor devido nas ações judiciais trabalhistas nas quais a Finep figura como parte, em qualquer fase processual, incluindo a identificação e caracterização das parcelas reclamadas em cada processo trabalhista, para cada reclamante, bem como a execução de cálculos para estimativa e apuração dos valores dos pedidos, dos depósitos recursais, das condenações e das liquidações dos débitos, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

- 1.1. As especificações e condições do objeto desta licitação encontram-se no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital prevalecerão as últimas.
- 1.3. Somente um Licitante será declarado vencedor desta licitação.
  - 1.3.1. O valor estimado da contratação é sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/16.

## **2. DO ENDEREÇO, DATA, HORÁRIO e PRAZOS DO CERTAME**

- 2.1. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.
- 2.2. **UASG: 365001**
- 2.3. **DATA DA SESSÃO: 13/01/2020 às 14:00 horas** (horário de Brasília – DF).
- 2.4. **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:** Até a data de **08/01/2020**;
- 2.5. **IMPUGNAÇÃO:** Até a data de **08/01/2020**.
- 2.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

## **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
  - 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha, obtidas junto ao Portal de Compras Governamentais, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
  - 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Finep responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
  - 3.1.3. O Licitante deve estar apto para encaminhar propostas, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública, sendo de sua inteira responsabilidade os documentos encaminhados durante a sessão eletrônica, inclusive quanto aos documentos que não estiverem devidamente assinados.
- 3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
- 3.3. Além dos casos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016, não poderão participar da licitação, isoladamente ou em consórcio:
  - a) Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Finep;
  - b) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração

Pública, nos termos do disposto no art. 37 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02 ou que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), acessível por meio do Portal da Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br));

- c) Empresas cujo Objeto/Finalidade de seu Contrato/Estatuto Social sejam incompatíveis com objeto deste certame;
- d) Empresas que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e) Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- f) Empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) Fundações de qualquer natureza, tendo em vista a finalidade prevista no art. 62, parágrafo único, da Lei nº 10.406/02, Código Civil Brasileiro;
- h) Associações de qualquer natureza, inclusive Institutos, salvo se houver compatibilidade estatutária com o objeto desta licitação;
- i) Empresas em que seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, possuam familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na Finep, em atendimento ao Decreto 7.203/2010;
- j) Pessoas Físicas ou Jurídicas que constem na Relação de Inabilitados ou na Relação de Inidôneos do TCU;
- k) Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- l) Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92; e

#### **4. DA VISTORIA**

- 4.1. Não haverá vistoria ao local da execução do serviço.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 5.1. O Licitante deverá encaminhar proposta e documentos habilitatórios exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.
  - 5.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

- 5.1.2. A proposta remetida pelo sistema deverá consignar expressamente **o valor total para o objeto, conforme modelo apresentado no Anexo II**, em moeda corrente nacional, que constituirá a única e completa remuneração, sendo observadas rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital.
  - 5.1.2.1. Sobre o preço acima ofertado não serão aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título, direto ou indireto, omitidos da proposta, uma vez que se considera que tal valor já engloba o lucro, além de todos os custos dos serviços, que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto licitado.
  - 5.1.2.2. O Licitante deverá levar em consideração para a formulação de sua proposta, que a tributação incidirá sobre o valor total executado do objeto, ou seja, sobre o valor total da Nota Fiscal.
- 5.2. Os Licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações e outras que porventura sejam legalmente exigíveis:
  - 5.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
  - 5.2.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 5.2.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 5.2.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
  - 5.2.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
  - 5.2.6. que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
- 5.3. A declaração falsa relativa a quaisquer documentos estipulados neste Edital e seus anexos sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 5.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
  - 5.4.1. Qualquer elemento que possa identificar o Licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
  - 5.4.2. Até a abertura da sessão, os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar do dia do recebimento da mesma.
  - 5.5.1. Caso não conste na proposta o prazo acima, esta será considerada válida pelo referido período.

- 5.6. No caso de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, devem ser observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir:
- 5.6.1. O Licitante optante do SIMPLES, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato e, independente do valor da proposta, caso não tenham excedido o limite da receita bruta anual no ano-calendário anterior.
- 5.6.2. Se o Licitante optante do SIMPLES extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.6.3. Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato fundamentados na alteração de regime tributário mencionado nos subitens 5.6.1 e 5.6.2 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 5.7. O Licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, reconhecendo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 6.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá no endereço, data e horário informados no item 2 deste Edital.
- 6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. Somente serão classificadas as propostas dos Licitantes que atenderem aos requisitos deste Edital e seus anexos.
- 7.2. Na hipótese da desclassificação de proposta, a ocorrência será registrada no sistema, sendo devidamente fundamentada pelo Pregoeiro.
- 7.3. Será desclassificada a proposta que não apresentar serviço informado no Termo de Referência – **Anexo I** deste Edital, ou ainda apresentar proposta inexecutável.
- 7.3.1. Consideram-se propostas manifestamente inexequíveis aquelas que comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

- 7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.
- 7.5. Os Licitantes cujas propostas tenham sido classificadas participarão da disputa de lances no pregão eletrônico.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente aos Licitantes por meio do Compras Governamentais.
- 8.2. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 8.3. O Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.4. Em caso de empate, o sistema eletrônico observará os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
  - 8.4.1. Persistindo o empate, o sistema eletrônico sorteará, dentre as propostas empatadas, a proposta vencedora.
- 8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
  - 8.5.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.
- 8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.7. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos Licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro sua atuação no certame, quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.
  - 8.7.1. Se a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 8.8. Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 8.9. Serão de inteira responsabilidade do Licitante quaisquer problemas operacionais em seu sistema, bem como o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de

quaisquer mensagens emitidas no sistema, inclusive no que tange o subitem anterior.

- 8.10. A etapa de lances durará 15 (quinze) minutos, quando então o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após transcorrerá período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema.
- 8.11. Encerrado o prazo aleatório, o sistema permitirá que o Licitante que ofertou o menor lance e os Licitantes que ofertaram lances com valores até 10% (dez por cento) superiores, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos que será sigiloso até o término do prazo.
  - 8.11.1. Caso não tenham sido ofertados, no mínimo, 3 (três) lances, os Licitantes dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão ofertar um novo lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos que será sigiloso até o término do prazo.
- 8.12. Decorridos os prazos estabelecidos pelo sistema, os lances serão ordenados em ordem crescente de vantajosidade.
- 8.13. Na ausência de lance final e fechado classificado, o sistema reiniciará a etapa de lances fechado para que os 3 (três) primeiros Licitantes classificados, ofertem um lance final e fechado que será sigiloso até o término do prazo.
- 8.14. Após o encerramento da etapa de lance fechado, caso não haja Licitante classificado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de lance fechado, mediante justificativa.
- 8.15. Ao final da fase de lances, não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

## **9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 9.1. Havendo a participação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema do Portal de Compras Governamentais fará, quando assim couber, o desempate de que trata o art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
  - 9.1.1. Após a fase de lances, nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, e desde que este não tiver sido apresentado por empresa beneficiária da Lei Complementar 123/2006, o sistema convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.
  - 9.1.2. Considerando o disposto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, o Pregoeiro realizará consulta no Portal da Transparência, endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br>, objetivando verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo Licitante, relativas ao seu último exercício social e ao exercício corrente, até o mês anterior da data da licitação, fixada no item 2 do edital, se mantém no limite legal que lhe permita essa condição de ME/EPP.

- 9.1.3. A utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por Licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando o mesmo à aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Finep pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais cominações.
- 9.2. Recusada a Proposta, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 9.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais Licitantes.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

- 10.1. O Pregoeiro deverá negociar diretamente com o Licitante classificado em primeiro lugar fazendo uma contraproposta, objetivando obter o menor preço, vedada a negociação em condições distintas das previstas neste Edital.
- 10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 10.1.2. A negociação será feita com os demais Licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 10.1.3. Se depois de adotada a providência referida no item acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

## **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 11.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o Pregoeiro, utilizando a funcionalidade “convocação de anexos” existente no Portal de Compras Governamentais, notificará o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a encaminhar a Planilha de Preços – **Anexo II** deste Edital, no prazo de 2 (duas) horas, com os respectivos valores readequados, como condição para aceitação preliminar da sua proposta.
- 11.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 11.1.2. Ocorrendo problemas que inviabilizem o encaminhamento na forma estabelecida no subitem **11.1** acima, o Pregoeiro poderá solicitar que a Planilha de Preços seja enviada por meio do endereço eletrônico [pregoeiro@finep.gov.br](mailto:pregoeiro@finep.gov.br).
- 11.1.3. A Planilha de Preços integrará a Proposta de Preços e deverá ser apresentada, preferencialmente, conforme **Anexo II** deste Edital, observando-se as especificações contidas no Termo de Referência - **Anexo I** deste Edital.
- 11.1.4. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas materiais que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos,



atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

- 11.1.5. Não será desclassificada a proposta que apresentar erros meramente aritméticos ou falhas de natureza formal, bem como poderão ser relevadas omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos Licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Licitação.
- 11.1.6. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexos" do Portal de Compras Governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro.
  - 11.1.6.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Contratações e Compras Administrativas – DCAD, situado na Av. República do Chile, nº 330, Edifício Ventura Corporate Towers, Torre Oeste, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.031-170.
- 11.1.7. O Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste edital.
- 11.2. O pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade de preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
  - 11.2.1. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Finep ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
  - 11.2.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
  - 11.2.3. O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Finep.
  - 11.2.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
    - 11.2.4.1. Será considerada inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
    - 11.2.4.2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo a ser definido pelo Pregoeiro.
    - 11.2.4.3. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.
    - 11.2.4.4. Quando o Licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos 3 (três) menores preços ofertados, excluída a proposta com o menor valor, para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será realizada diligência para aferir a legalidade e exequibilidade da

proposta.

- 11.2.4.4.1. Caso haja apenas 3 (três) participantes na sessão, serão considerados os 2 (dois) maiores preços ofertados para a aferição do cálculo acima e sendo apenas 2 (dois) participantes, apenas do ofertante do maior preço.
- 11.3. O Pregoeiro, visando à celeridade do processo licitatório, poderá solicitar o envio da Planilha de Preços readequada relativamente ao último lance ofertado, não somente ao Licitante melhor classificado, mas também a outros Licitantes, sempre respeitando a ordem de classificação após a fase de lances.
  - 11.3.1. A quantidade de Licitantes que poderá ter o envio de sua Planilha de Preços solicitada ficará inteiramente a cargo do Pregoeiro.
  - 11.3.2. A hipótese de adoção do procedimento previsto no subitem 11.3 não pressupõe aceitação das propostas que forem solicitadas pelo Pregoeiro, nem tampouco assegura ao Licitante direito a qualquer pleito neste sentido.
- 11.4. Se a proposta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sem prejuízo da negociação de que trata o art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.

## **12. DA AMOSTRA**

- 12.1. Não se exigirá a apresentação de amostra/demonstração dos produtos/serviços ofertados.

## **13. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

- 13.1. Para fins de habilitação ao certame, o Licitante classificado em primeiro lugar terá de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e qualificação técnica, logo após a aceitação da proposta, devendo ainda cumprir o estabelecido no item 3 deste Edital.
- 13.2. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.3. Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica para o respectivo aumento.
- 13.4. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 13.5. Será observado o prazo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, para o envio dos documentos de habilitação complementares.

13.6. A habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, bem como outras ocorrências de impedimento de licitar, serão preferencialmente comprovadas mediante consulta junto ao SICAF dos documentos abaixo elencados, devendo ser apresentados durante a sessão do pregão, na forma expressa pelo Pregoeiro, os documentos que não constem no SICAF ou que nele estejam vencidos.

**13.6.1. Para Habilitação Jurídica:**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- h) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- i) No caso de procurador, deverá ser apresentado o instrumento público ou particular de mandato, com firma reconhecida em cartório, outorgando poderes expressos para que se manifeste pela Licitante para formular propostas, interpor ou renunciar a recursos, e demais atos pertinentes à participação no certame.

13.6.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**13.6.2. Para qualificação econômico-financeira:**

- a) Comprovação de boa situação financeira do Licitante, verificada por meio dos índices econômicos (LG – Liquidez Geral, LC – Liquidez Corrente, SG – Solvência Geral).

- a.1) A Finep se reserva o direito de solicitar a apresentação das Demonstrações Contábeis para fins de análise e decisão quanto ao julgamento da qualificação econômico-financeira, sem prejuízo da consulta ao SICAF.
- a.2) O Licitante deverá ter resultado igual ou maior que 1 (um) em todos os índices acima, relativos a boa situação financeira.
- a.3) No caso de o Licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será aceita a comprovação de patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor da contratação a que o Licitante estiver participando.
- a.4) Caso sejam solicitadas as Demonstrações Contábeis mencionadas na alínea "a.1" acima, estas deverão ser apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b) Tratando-se de empresa constituída no ano corrente, esta deverá apresentar o Balanço de Abertura (Balanço Inicial), na forma da lei.

#### **13.6.3. Para Regularidade Fiscal**

- a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

#### **13.6.4. Para Qualificação Técnica deverão ser apresentados:**

- a) Atestado de capacidade técnica ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a Licitante prestado os serviços demandados nessa licitação.
  - a.1) O atestado deverá conter nome, CNPJ/CPF, endereço e e-mail ou telefone de contato do atestador, ou qualquer outro meio com o qual a Finep possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso.
- 13.7. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
  - 13.7.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

### **14. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 14.1. Nesta etapa o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação do(s) Licitante(s) melhor(es) classificado(s).
- 14.2. O julgamento dos documentos de habilitação que se refere à Qualificação Técnica será realizado pelo

Pregoeiro, podendo o mesmo suspender a sessão do pregão para que sejam efetuadas diligências e/ou outras providências necessárias, e ainda, valer-se de parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Finep e de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele para orientar sua decisão final quanto à aceitação dos documentos.

- 14.3. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 14.4. Os documentos relativos à habilitação, solicitados pelo Pregoeiro, deverão, preferencialmente, ser encaminhados por meio da funcionalidade "convocação de anexos", do Portal de Compras Governamentais. Não havendo esta possibilidade, o Pregoeiro poderá solicitar que os documentos sejam enviados por meio do endereço eletrônico [pregoeiro@finep.gov.br](mailto:pregoeiro@finep.gov.br), devendo estes serem apresentados no prazo por ele estipulado, sob pena de inabilitação.
- 14.5. Caso o Licitante esteja com algum documento ou informação vencidos ou não atualizados, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, no prazo concedido pelo Pregoeiro, a documentação atualizada, salvo a situação prevista a seguir:
  - 14.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a sessão será suspensa para que lhes seja assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sem prejuízo do disposto no § 5º, do art. 4º do Decreto nº 8.538/15.
    - a) O prazo acima terá início após a divulgação pelo Pregoeiro.
      - a.1) A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da Finep, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.
      - b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na inabilitação do Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.
- 14.6. Os Licitantes que detenham medida judicial que os desobrigue da apresentação de qualquer dos documentos exigidos neste Edital, deverão apresentar o instrumento que lhes assegure este direito, encaminhando o mesmo juntamente com os documentos exigidos no subitem 14.4, sob pena de inabilitação.
- 14.7. O não envio dos documentos solicitados pelo Pregoeiro no prazo por ele estabelecido será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.
- 14.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o Licitante será declarado vencedor.

## **15. DOS RECURSOS**

- 15.1. Após a divulgação do Licitante vencedor deste pregão eletrônico, qualquer Licitante poderá, durante

o prazo mínimo de 20 (vinte) minutos fixado pelo Pregoeiro, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do Portal de Compras Governamentais.

- 15.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 15.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 15.2. Ao Licitante que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 15.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.4. Os Licitantes deverão acompanhar, no Portal de Compras Governamentais e/ou no site da Finep o resultado do julgamento dos recursos para eventual reabertura da sessão pública, se for o caso.
- 15.5. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, sem prejuízo do estabelecido no subitem 15.4 acima, cabendo aos Licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final destas etapas.
- 15.6. Os recursos porventura interpostos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 16.1. Havendo interposição de recurso, o mesmo será analisado pelo Pregoeiro que se não o acatar, o submeterá a autoridade competente, para decisão final e adjudicação do objeto. Na ausência de recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto.
- 16.2. A homologação do resultado e dos procedimentos licitatórios será feita pela autoridade competente após a efetivação do que se encontra estabelecido no subitem acima.

## **17. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 17.1. Após a publicação da homologação do certame no Diário Oficial da União, o Licitante vencedor será convocado pela Finep, para assinatura da Minuta de Contrato – **Anexo IV** deste Edital, devendo providenciar a sua assinatura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação.
  - 17.1.1. A convocação se dará através do endereço eletrônico (e-mail) informado na Declaração de Endereço Eletrônico e Dados Bancários – **Anexo III**.
  - 17.1.2. O prazo para que o Licitante convocado encaminhe o contrato assinado poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Finep.

- 17.2. Para fins de assinatura do Contrato, o Licitante deverá apresentar original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade do Signatário.
- 17.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, quando o Licitante vencedor não comprovar situação regular no ato da assinatura do Contrato, não assiná-lo e/ou não apresentar os documentos solicitados para a contratação, nos prazos estabelecidos, será reservado à Finep o direito de revogar a licitação ou convocar outro Licitante.
- 17.3.1. A convocação dos Licitantes remanescentes será feita na ordem de classificação para assinatura do Contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.
- 17.4. Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo Licitante durante a vigência do Contrato, salvo disposição em contrário.
- 17.4.1. Na hipótese de irregularidade cadastral no ato da assinatura do Contrato, o Licitante deverá regularizar a sua situação perante o cadastro ou apresentar sua defesa no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 17.4.2. O prazo do item **17.4.1** poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, a critério da Finep.
- 17.5. As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas no Termo de Referência – **Anexo I** e na Minuta do Contrato – **Anexo IV** deste Edital.
- 17.6. É vedada a subcontratação total ou parcial à outra empresa para o fornecimento do objeto deste Edital.

## **18. DAS SANÇÕES**

- 18.1. Comete infração administrativa o Licitante que:
- I – não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:  
Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 1 (um) ano;
- II – deixar de entregar documentação exigida para o certame:  
Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 1 (um) ano;
- III – fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:  
Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 2 (dois) anos;
- IV – ensejar o retardamento da execução do objeto:  
Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de até 2 (dois) anos;
- V – não manter a proposta:  
Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 1 (um) ano;

VI – comportar-se de modo inidôneo:

Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 2 (dois) anos; e

VII – cometer fraude fiscal:

Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com a Finep pelo período de 2 (dois) anos.

18.2. Para fins deste edital, considera-se:

I – retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do Licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato;

II – não manter a proposta ou a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo Licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento; e

III – comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

18.3. Além das penalidades relacionadas no subitem 18.1, o Licitante está sujeito a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta inicial por ele apresentada.

18.3.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.3.2. O prazo para pagamento das multas será de até 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, salvo disposição em contrário.

18.4. No caso de desistência da proposta e/ou do lance, as penalidades somente não serão aplicadas se ocorrerem em razão de justificativa apresentada pelo Licitante e aceita pelo Pregoeiro.

18.5. As penalidades previstas neste Edital serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará ao Licitante, o contraditório e a ampla defesa.

## **19. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

19.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da sessão pública.

19.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento e as decisões de impugnação serão divulgadas em até 02 (dois) dias úteis.

19.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



- 19.4. Os pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico [pregoeiro@finep.gov.br](mailto:pregoeiro@finep.gov.br), respeitando-se os prazos acima.
- 19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, podendo utilizar-se do site da Finep (<http://www.finep.gov.br/licitacoes-e-contratos>) e do Portal de Compras Governamentais para essas comunicações.

## **20. DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

- 20.1. Os Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação nesta licitação, tais como a elaboração e encaminhamento de suas propostas e documentos, conforme previstos neste Edital, ressaltando que a Finep não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.2. Qualquer alteração no endereço eletrônico informado na Declaração de Endereço Eletrônico, e Dados Bancários – **Anexo III** deste Edital, deverá ser comunicada imediatamente à Finep.
  - 20.2.1. O referido endereço será utilizado para troca de quaisquer informações necessárias ao bom andamento das negociações, formalização da contratação e sua execução, consistindo este, o meio considerado para fins de contagem de prazos estabelecidos pela Finep.
- 20.3. Não serão aceitos documentos sob a forma de protocolo, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 20.4. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.
- 20.5. A Finep se reserva o direito de alterar as condições deste Edital, revogar ou anular a presente licitação, nos termos da Lei, sem direito indenizatório aos Licitantes.
- 20.6. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão pública, se for o caso, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.7. Até a assinatura do Contrato poderá o Licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Finep, através de sua autoridade competente, tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- 20.8. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções feitas pelos Licitantes não exigidas no presente Edital e seus anexos.

- 20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na Finep, salvo disposição em contrário.
- 20.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.finep.gov.br/licitacoes-e-contratos>.
- 20.11. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

## **21. DO FORO**

- 21.1. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente licitação que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a Finep optar pelo foro de sua sede.

Rio de Janeiro, ~~XX/XX/201X~~.

---

HERMANN TOMAS M. MATHOW JR

Superintendente da Área de Logística

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2019

#### 1. OBJETO:

Contratação de prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista, assim como a emissão de análise técnica, quanto ao valor devido nas ações judiciais trabalhistas nas quais a Finep figura como parte, em qualquer fase processual, incluindo a identificação e caracterização das parcelas reclamadas em cada processo trabalhista, para cada reclamante, bem como a execução de cálculos para estimativa e apuração dos valores dos pedidos, dos depósitos recursais, das condenações e das liquidações dos débitos, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

#### 2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

**2.1.** Os serviços a serem contratados têm caráter comum, não exclusivo, não contínuo e compreendem, de forma exemplificativa, as seguintes atividades: cálculos de liquidação de decisões judiciais com a verificação dos juros e dos critérios de atualização monetária; a apresentação de argumentos técnicos, legais e regulamentares que fundamentaram a elaboração do cálculo; a explicitação dos cenários, fundamentos, argumentações cabíveis com a análise de suas respectivas repercussões, quando houver divergência na definição dos cálculos; a indicação dos valores que deverão ser pagos e recolhidos a título de impostos e contribuições, atendendo à legislação, aos regulamentos, normativos, às orientações técnicas emanadas dos órgãos jurisdicionais, aos acordos coletivos de trabalho e congêneres, aos normativos e orientações da **FINEP**, com a elaboração das planilhas individualizadas de cálculos judiciais e recolhimentos a serem realizados, para cada cenário identificado, por reclamante, em relação aos processos nos quais a Finep seja parte, ainda que na condição de interessado ou por responsabilidade subsidiária e aos acordos que possam vir a ser firmados entre a **FINEP** e os reclamantes.

**2.1.1.** A carteira estimada de processos é de até 39 (trinta e nove) processos judiciais em fase de execução judicial, nos quais figuram aproximadamente em desfavor da Finep 178 (cento e setenta e oito) como partes demandantes, conforme informações fornecidas pelo escritório de advocacia trabalhista contratado por essa estatal.

**2.1.2.** A carteira de processos da Finep versa em suma sobre os temas a seguir relacionados, dentre outros: hora-extra (a maioria); desvio de finalidade; equiparação; reintegração; inquérito – falta grave; restabelecimento de gratificação; reconhecimento de vínculo; terceirização; PAA- Aviso Prévio e Multa FGTS; convocação para admissão; contribuição sindical.

**2.1.3.** A quantidade de análises e planilhas a ser elaborada, na forma descrita nesse instrumento, considerando a carteira estimada de processos e de partes constitui mera aproximação, não gerando obrigação para a **FINEP**.

**2.1.4.** As análises e a elaboração das planilhas descritas nesse instrumento relativas à carteira de processos podem ser requeridas considerando a totalidade da carteira ou não, não havendo expectativa de direito ou direito

adquirido da **CONTRATADA** da realização da prestação do serviço de quantitativo ou percentual específico relativo à carteira.

**2.2.** Para a realização de seus serviços, a **CONTRATADA** deverá executar os seguintes procedimentos básicos, para Processos Trabalhistas:

a) Leitura dos processos judiciais, inteirando-se de todos os parâmetros a fim de alcançar a correta interpretação do objeto a ser liquidado/calculado, reportando-se, em caso de dúvidas, à Assessoria Jurídica da Diretoria Administrativa ou ao escritório terceirizado, se houver, em busca de esclarecimentos;

b) Elaboração de planilhas de cálculo com esclarecimento conciso de natureza explicativa-conclusiva quanto aos critérios adotados para a elaboração do cálculo, nos termos descritos nesse instrumento;

c) Elaboração de planilhas de cálculo com esclarecimento conciso de natureza explicativa-conclusiva quanto aos critérios adotados para a elaboração do cálculo, nos termos descritos nesse instrumento, utilizando-se dos parâmetros informados pela **FINEP**, para a realização de acordo;

d) Elaboração das guias relativas aos recolhimentos de honorários, custas, demais recolhimentos necessários de natureza tributária ou não, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, utilizando-se dos parâmetros informados pela **FINEP**, para a realização de acordo.

**2.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os eventuais empregados da **CONTRATADA** pela Finep, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

**2.4.** Os cálculos e análises deverão ser apresentados (entregues), nos prazos previstos no Termo de Referência, em duas vias escritas (documento) e uma eletrônica, pelo e-mail a ser indicado.

**2.5.** Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto dessa contratação, dada a especialização requerida e a celeridade na prestação.

**2.6.** A **CONTRATADA** terá os seguintes prazos:

a) até 30 (quarenta e cinco) dias para a entrega do cálculo com a respectiva análise, conforme descrito no item 2.2., alínea b;

b) até 30 (dez) dias para a entrega do cálculo, esclarecimento resumido e guias previstos no item 2.2, alíneas c e d, a partir da solicitação da **FINEP**.

**2.6.1.** Os prazos previstos nas alíneas *a* e *b* do subitem 2.6. poderão correr concomitantemente.

**2.6.2.** Os prazos previstos nas alíneas *a* e *b* do subitem 2.6. terão início a partir da solicitação da **FINEP**.

**2.6.3.** A **CONTRATADA** deverá observar a ordem de prioridade de entrega dos cálculos e análises definida pela **FINEP**.

**2.7.** As análises, os cálculos e guias deverão ser subscritos por ao menos um profissional com graduação em Contabilidade com especialização ou experiência comprovada na área trabalhista, integrante ou que venha a integrar os quadros da **CONTRATADA**.

**2.8.** A **CONTRATADA** deverá providenciar a entrega, juntamente com o parecer e as planilhas, dos documentos comprobatórios da especialização ou experiência de todos os profissionais que subscreverem os documentos.

### **3. PROPOSTA DE PREÇO**

**3.1.** Os licitantes deverão consignar em sua proposta o preço global, considerado o quantitativo estimado fornecido, com a especificação do valor do serviço a ser prestado em relação a cada ação judicial ajuizada em desfavor da **FINEP**. Nas ações plúrimas, o quantitativo de partes corresponderá ao mesmo quantitativo de ações judiciais a serem remuneradas.

**3.2.** A **FINEP** remunerará o conjunto de análises e planilhas elaboradas, nos termos do objeto dessa contratação, em relação a cada ação ajuizada em desfavor da **FINEP**.

### **4. PAGAMENTO**

**4.1.** O pagamento do escritório contratado será efetuado, condicionado ao atendimento dos itens 4.2 e 4.3 a seguir.

**4.1.1.** A remuneração será realizada mediante a prestação dos serviços objeto desse instrumento por ação judicial ajuizada por cada parte em desfavor da **FINEP**. Desse modo, nas ações plúrimas, as análises, planilhas de cálculo e guias elaboradas em relação a cada parte serão computadas como uma unidade de serviço prestado.

**4.2.** Para efeito de cobrança de valores contratuais, a **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal em nome da **FINEP**, CNPJ nº 33.749.086/0002-90, encaminhando-a com a discriminação da importância devida, para fins de comprovação fiscal interna.

**4.3.** A **FINEP** efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste da prestação do serviço emitido pelo fiscal do **CONTRATO**, constatado o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como da verificação do seguinte:

a) recebimento de nota fiscal discriminativa aceita pelo fiscal do **CONTRATO**;

b) aprovação dos pareceres e planilhas encaminhados.

**4.3.1.** A **FINEP** efetuará o pagamento da remuneração cobrada pela **CONTRATADA** por ação ajuizada por cada reclamante, a partir da entrega dos respectivos cálculos e análises elaborados, como descrito no item 2.2., alínea b, no prazo consignado no item 4.3..

**4.3.2.** A **FINEP** efetuará o pagamento da remuneração cobrada pela **CONTRATADA** por ação ajuizada por cada reclamante, a partir da entrega dos respectivos cálculos, análises e guias elaborados, como descrito no item 2.2., alíneas c e d, no prazo consignado no item 4.3..

**4.3.3.** O cálculo do valor a ser pago por mês utilizará a fórmula abaixo:

$Y = \text{valor unitário definido na licitação relativo a um cálculo} + \text{análise.}$

$Z = \text{quantidade de cálculos} + \text{análises entregues, sejam elaborados com base em decisão judicial (z1), sejam elaborados com base nos termos de acordo (z2).}$

$$X = Z \times Y$$

**4.4.** A remuneração pelos serviços contratados inclui:

- I. a elaboração das planilhas, análises e guias, por ação ajuizada por cada parte em desfavor da **FINEP**, na ordem demandada, conforme descrito nesse instrumento;
- II. as despesas necessárias para o fiel cumprimento do **CONTRATO**, tais como: custos operacionais da **CONTRATADA**, custos da **CONTRATADA** relativos a sua(s) representação(ões) e seu(s) correspondente(s), reprografia e digitalização de documentos, despesas de envio de documentos aos locais indicados pela **FINEP** (correio, malote) etc;
- III. as despesas de transporte dentro do Estado do Rio de Janeiro; e
- IV. as despesas relativas às obrigações contratuais da **CONTRATADA**.

**4.5.** A remuneração pelos serviços contratados inclui todos os insumos e tributos, inclusive contribuições previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do **CONTRATO**, quando necessária ao cumprimento do escopo do **CONTRATO**.

**4.6.** A **CONTRATADA** será remunerada única e exclusivamente pelos valores indicados em sua Proposta e descritos no **CONTRATO**.

**4.7.** A **CONTRATADA** também não terá direito a qualquer remuneração a título de percentual sobre a causa, honorários de êxito, sendo sua remuneração aquela prevista no **CONTRATO** e decorrente de sua Proposta, independentemente das repercussões advindas dos pareceres e planilhas entregues à **FINEP**.

## **5. PRAZO**

**5.1.** O prazo do **CONTRATO** é de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de assinatura do **CONTRATO**, sendo possível a prorrogação a critério da **FINEP**.

## **6. OBRIGAÇÕES DA FINEP**

**6.1.** São obrigações da **FINEP**:

- I - Enviar cópia das petições, cálculos, laudos periciais, decisões judiciais que repercutam na definição do cálculo do valor objeto da ação ajuizada à **CONTRATADA**;
- II - Fornecer, sempre que deles dispuser, os subsídios solicitados pela **CONTRATADA**, referentes aos argumentos de defesa de seus direitos;
- III - Pagar a remuneração ajustada;
- IV - Designar o fiscal do **CONTRATO**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, que será o elemento de ligação entre a **FINEP** e a **CONTRATADA**;
- V - Comunicar a **CONTRATADA**, por escrito:

V.1. - quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com esta contratação e com a execução do **CONTRATO**;

V.2. - a aplicação de eventual penalidade, nos termos do **CONTRATO**.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** São obrigações da **CONTRATADA**, durante a vigência do **CONTRATO**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e no **CONTRATO**:

**7.1.1.** Atuar de forma eficiente e ética na elaboração das análises e planilhas da **FINEP**, obedecendo as especificações estipuladas no TERMO DE REFERÊNCIA, empregando zelo, correção, e celeridade no trato de qualquer interesse da **FINEP** sob seus cuidados profissionais, prezando sempre pela esmerada formação da manifestação, bem como pela correção no uso do vernáculo.

**7.1.2.** Dispor de recursos considerados essenciais à prestação dos serviços objeto do **CONTRATO**, em razão da necessidade de célere comunicação com a **CONTRATADA**, como:

I - Instalações físicas aptas para a execução dos trabalhos;

II - Equipamentos telefônicos aptos à realização de conferência de áudio, computadores, impressoras, escâneres (scanners), Internet de alta velocidade, *e-mail* corporativo;

III - Programas, navegadores, plataformas, *hardwares* e *softwares* que sejam necessários às pesquisas e elaboração do parecer.

**7.1.3.** Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, nos termos desse instrumento e da Lei n. 13.303/2016;

**7.1.3.1.** Arcar com todos os custos direta e indiretamente envolvidos, em caso de necessidade de recursos adicionais essenciais à prestação dos serviços objeto do **CONTRATO**, a serem providenciados pela **CONTRATADA**.

**7.1.4.** Seguir as diretrizes e recomendações técnicas e institucionais, emanadas diretamente do fiscal do **CONTRATO**, a quem a **CONTRATADA** reportar-se-á a respeito de questões controvertidas e complexas, predispondo-se ao debate teórico que vise ao aprimoramento e ao padrão de qualidade da defesa dos direitos e interesses da **FINEP**.

**7.1.5.** Manifestar-se quanto a todos os aspectos contábeis pertinentes, nas planilhas e análises que elaborar, com a apresentação dos fundamentos e cálculos relativos a cada reclamante, considerando o teor das decisões judiciais, na forma descrita nesse instrumento.

**7.1.6.** Observar os prazos previstos para a entrega da planilha de cálculo, da análise e das guias, conforme descrito nesse instrumento.

**7.1.7.** Esclarecer, aditar e retificar aspectos das análises, das planilhas e das guias em relação aos quais a **FINEP** tenha dúvidas em até 2 (dois) dias a partir da entrega do pedido de esclarecimento, sem qualquer ônus para a **FINEP**.

**7.1.8.** Nomear 1 (um) profissional que será responsável direto pela interlocução com a **FINEP**, bem como pela execução e acompanhamento rotineiros dos serviços.

**7.1.9.** Notificar a **FINEP**, por escrito, sobre quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do **CONTRATO**, ou qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para a adoção das medidas cabíveis.

**7.1.10.** Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a **FINEP**, mantendo o seu sigilo e inviolabilidade, salvo com autorização expressa e por escrito da mesma.

**7.1.11.** Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados, sócios, administradores ou colaboradores, durante a execução do **CONTRATO**;

**7.1.12.** Emitir o faturamento de acordo com os serviços realizados, incluindo todos os custos, em uma única fatura/nota fiscal de serviços, na qual informará as retenções das contribuições federais, nos termos das Leis 9.430/96 e 10.833/03.

## **8. EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**8.1.** A execução dos serviços objeto do **CONTRATO** ficará a cargo daquele designado para esse fim indicado pela **CONTRATADA**.

**8.2.** Após a assinatura do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá oferecer a identificação do profissional ou dos profissionais que venha a designar para a execução dos serviços, com o envio dos dados e documentos que comprovem a especialização na atuação na área trabalhista e informações quanto a suas respectivas funções na estrutura organizacional.

**8.3.** O profissional que vier a ser designado para a execução dos serviços deverá ser integrante dos quadros da **CONTRATADA**, na qualidade sócio, associado ou empregado, ou deverá ser apresentado compromisso de vinculação futura, bem como o documento comprobatório pertinente (contrato social, carteira de trabalho, contrato de trabalho, carta compromisso ou outro documento com valor legal).

**8.4.** Sob pena de rescisão do **CONTRATO** pela **FINEP**, o profissional indicado deve prestar efetivamente os serviços objeto do **CONTRATO**.

**8.5.** O fiscal do **CONTRATO** deve ser imediata e expressamente informado da eventual substituição de qualquer dos profissionais indicados pela **CONTRATADA**.

**8.5.1.** A **CONTRATADA** deve encaminhar, por escrito, ao fiscal do **CONTRATO**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a justificativa da substituição de um dos profissionais, o nome do substituto indicado, seu respectivo "curriculum vitae" e documentos que comprovem a especialização ou experiência do contador na área trabalhista, na forma das especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** e do **CONTRATO**.

**8.5.2.** A aprovação do nome do substituto indicado pela **CONTRATADA** estará subordinada à qualificação profissional igual ou superior do profissional substituído e à expressa concordância do fiscal do **CONTRATO**.

## **9. EXTINÇÃO DO CONTRATO**



**9.1.** Extinto o **CONTRATO** por qualquer motivo, a **CONTRATADA** deverá observar os seguintes procedimentos e condições:

I - Enviar à **FINEP** o trabalho executado objeto dessa contratação até o estágio de seu desenvolvimento, proporcional ao período estipulado para a sua entrega;

II - Devolver os documentos originais porventura recebidos, toda documentação impressa e/ou digitalizada.

**9.2.** Uma vez recebida a documentação aludida no subitem **9.1**, terá a **FINEP** o prazo de **5 (cinco) dias** para analisar a sua regularidade. Constatada a insuficiência da documentação a **CONTRATADA** deverá complementá-la no prazo de **2 (dois) dias**.

**9.3.** O pagamento da remuneração da **CONTRATADA**, ainda pendente na época da extinção do **CONTRATO**, ficará condicionado ao atendimento dos subitens acima.

## **10. FISCAL DO CONTRATO**

**10.1.** Caberá à **FINEP**, através da Assessoria Jurídica da Diretoria Administrativa – AJDA, a responsabilidade pela supervisão e acompanhamento dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, indicando o fiscal do **CONTRATO** e seu substituto, a quem competirá atestar os documentos de cobrança a serem apresentados.

**10.2.** A equipe da **FINEP** designada para o acompanhamento direto dos serviços objeto da presente contratação será informada pelo fiscal do **CONTRATO**.

**10.3.** O fiscal poderá, para a análise do desempenho e a qualidade da prestação dos serviços utilizar-se dos indicadores constantes no Instrumento de Medição de Resultado.

## **11. VALOR ESTIMADO**

**11.1.** A elaboração da pesquisa de mercado deve ser realizada junto a escritórios contábeis com especialização e experiência na seara trabalhista, para a cotação dos preços praticados no mercado.

**11.2.** O preenchimento de planilha relativa à pesquisa de preços praticados no mercado em contratações similares constará do processo.

## **12. REAJUSTE**

**12.1.** Não haverá reajuste do valor contratado, sob nenhuma hipótese.

## **13. GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1.** A **CONTRATADA** deverá constituir garantia em favor da **FINEP** no percentual de 5% (cinco por cento), na forma da Lei n. 13.303/2016.

#### **14. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**14.1.** Os níveis de serviço encontram-se relacionados no Instrumento de Medição de Resultado no Anexo I-A e têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

**14.2.** Todas as ocorrências serão registradas pelo **FISCAL DO CONTRATO**, que notificará a **CONTRATADA**, atribuindo os descontos, de acordo com os termos do Anexo I-A.

**14.3.** O Anexo I-A estabelece os percentuais a serem debitados do valor do contrato a ser pago pela **CONTRATADA** em função do não cumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sem prejuízo das demais penalidades constantes do **CONTRATO**.

#### **15. MATRIZ DE RISCO**

**15.1.** A **FINEP** e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos no Anexo deste instrumento.

**15.1.1.** A alínea *b* do inc. X do art. 42 da Lei 13.303/2016 prevê que deve haver o estabelecimento de frações do objeto em que haverá liberdade para a contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação. Não consta essa previsão, pois não se aplica ao objeto da contratação.

**15.1.2.** A alínea *c* do inc. IX do art. 42 da Lei 13.303/2016 prevê que deve haver o estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico de licitação. Não consta essa previsão, pois não se aplica ao objeto da contratação.

**15.2.** É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

#### **16. JUSTIFICATIVA**

**16.1.** A presente contratação de serviços de contabilidade especializados na área trabalhista, para a elaboração de análises e planilhas relativas aos valores objeto de ações judiciais em desfavor da **FINEP** na Justiça do Trabalho decorre de demanda de desempenho da Assessoria Jurídica da Diretoria Administrativa – AJDA da **FINEP**, consubstanciada na necessidade de reavaliação dos valores envolvidos nas demandas judiciais e os estudos quanto às possíveis condições e termos, para a implantação de plano de acordos, para a redução do passivo trabalhista.

**16.2.** A elaboração das análises e planilhas envolve conhecimento especializado que não é detido pelas áreas técnicas dessa estatal, não há atribuição nos normativos para Departamento dessa estatal, para a elaboração de atividades dessa ordem, além de compreender situação de conflito de interesses, na medida em que envolvem

demandas judiciais de empregados, ex-empregados, dentre outros, que pretendem auferir êxito financeiro através das referidas demandas judiciais.

**16.3.** A contratação revelou-se necessária face à repercussão financeira decorrente da eventual necessidade de pagamento em definitivo dos valores imputados nos autos dos processos judiciais, a requerer conhecimentos na seara trabalhista, que não se encontram compreendidas, na sua densidade e complexidade, dentro das matérias tratadas pelo Departamento demandante.

**16.4.** Em razão da repercussão financeira apontada e a complexidade compreendida na matéria, que refogem à atribuição e expertise do corpo de funcionários da **FINEP**, não foi identificada solução interna para a análise das melhores opções a serem adotadas por essa estatal, tendo sido identificada como a solução que melhor se adequa à defesa dos seus interesses a contratação de prestador de serviços, na forma da Lei n. 13.303/2016, uma vez atendidos os requisitos legais.

**16.5.** A capacitação de pessoal específico e a alteração da estrutura interna, para a realização dos cálculos referidos mostra-se como uma opção demorada e onerosa, dados os custos envolvidos na capacitação, atualização, horas-homem de trabalho a serem endereçadas, bem como o fato de se tratar de trabalho específico, para a avaliação quanto aos termos de condições de eventual plano de acordos trabalhistas, para a diminuição da repercussão financeira das referidas demandas judiciais.

**16.6.** A análise da atuação das estatais no que se refere à contratação de serviços da natureza especificada nesse instrumento permitiram a identificação de apenas um Edital da Nuclebrás Equipamentos Pesados S A – NUCLEP (Edital de Licitação Pregão Eletrônico n. 028/2019 – NUCLEP<sup>1</sup>) com objeto similar, mas que encontra-se em curso.

**16.7.** Os demais editais identificados ao longo das análises realizadas compreendem a contratação de serviços de contabilidade que compreenderá não apenas a avaliação dos cálculos das ações ajuizadas de natureza trabalhista, mas também a apresentação de fundamentos para a sua impugnação, análise de manifestação da perícia, análise de aspectos contábeis da própria empresa/instituição contratante, de modo que não foi possível a identificação de contratações pretéritas com objeto igual ou similar que tenha sido concluída nos últimos 180 dias.

**16.8.** As cópias das consultas realizadas no site “Cotação Zênite”, Painel de Compras do Ministério do Planejamento, Painel de Preços, Licitacoes-e<sup>2</sup> permite a verificação de que as buscas realizadas no que se refere à existência de uma contratação formalizada nos últimos 180 dias foi infrutífera, mas evidenciam, por outro lado, que as contratações realizadas pelas instituições públicas e estatais objetivam a contratação de uma gama de serviços contábeis, dentre os quais se encontra aquele endereçado por esse instrumento.

**16.9.** A análise dos instrumentos convocatórios mencionados, cujas referências encontram-se em anexo, bem como dos sites dos escritórios de contabilidade permitem a conclusão que atuam no segmento oferecendo, dentre outros, os serviços de contabilidade na seara trabalhista, para rever, atualizar, elaborar os cálculos trabalhistas das ações dessa natureza que se encontram ajuizadas em desfavor da empresa cliente, no sentido de viabilizar a avaliação estratégica das empresas quanto à realização de acordos.

---

<sup>1</sup> HYPERLINK "<http://www.nuclep.gov.br/sites/default/files/licitacao/2019/0282019/028-2019.pdf>"  
<http://www.nuclep.gov.br/sites/default/files/licitacao/2019/0282019/028-2019.pdf>

<sup>2</sup> [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**16.10.** A disponibilidade de cálculos corretos para a empresa é fundamental na definição quanto à formalização de acordos com os reclamantes, para que não pague valores superiores àqueles efetivamente devidos<sup>3</sup>.

**16.11.** As empresas que atuam no segmento contábil, jurídico e de gestão empresarial recomendam a redução do passivo trabalhista, em razão dos impactos no planejamento estratégico das companhias<sup>4</sup>, de modo que o desenho da estratégia, os procedimentos de negociação e avaliação dos riscos constituem fases do processo que poderá resultar na realização de acordos.

**17.** A **FINEP** possui atualmente contrato em vigor com prestador de serviços para a realização de cálculos para as impugnações das ações judiciais em curso, de modo que o objeto não compreende a revisão e atualização dos valores devidos da carteira.

**18.** A contratação em tela não se encontra prevista para o ano corrente, no Plano de Aquisições Anual dessa estatal, como exigido no art. 4º, inc. VI c/c art. 12, I do RCCCA na medida em que não havia sido prevista inicialmente.

**18.1.** Considerando que cabe à Diretoria Executiva a aprovação do Plano de Aquisições Anual, a sua alteração deve ser previamente autorizada pela mesmo, dado que não identificamos no Regulamento de Compras, Contratações e Contratos Administrativos da Finep a previsão de delegação, que deve ser expressa, na forma dos arts. 11<sup>5</sup> c/c 12<sup>6</sup> da Lei n. 9.784/99. Desse modo, mostra-se necessário o prévio encaminhamento dessa contratação à Diretoria Executiva, para deliberação quanto à inclusão dessa contratação no Plano Anual de Aquisições, com a sua consequente alteração com seus corolários.

**19.** As funcionalidades da contratação têm como diretriz a estrita observância dos princípios da eficiência, probidade administrativa, economicidade e competitividade, na medida em que visa a contratação que permita a identificação dos valores atualizados daqueles pleiteados judicialmente da Finep na seara trabalhista, para a verificação da sua correção e a realização de estudo quanto à possibilidade de redução do passivo trabalhista, mediante contratação na forma da Lei n. 13.303/2016.

**19.1.** Conforme exposto anteriormente, a atualização dos valores pleiteados nas referidas demandas judiciais pode repercutir na revisão dos valores considerados até o momento nas ações judiciais referidas, de modo a mitigar o risco da Finep vir ser multada ou condenada por incorreções nos valores informados em suas petições, com repercussões financeiras.

**19.2.** A revisão e a atualização dos valores permitem ainda que a empresa reanalise os valores reservados para o eventual pagamento de sucumbência nas referidas ações judiciais, de modo a evitar a situação de reserva

---

<sup>3</sup> Como reduzir o passivo trabalhista de forma muito mais eficiente. <https://www.macdata.net.br/2018/09/24/como-reduzir-o-passivo-trabalhista-de-forma-muito-mais-eficiente/>

<sup>4</sup> MOYA, Luciana. Planejamento da Estratégia Trabalhista. <http://www.stex.com.br/planejamento-estrategico-trabalhist>

<sup>5</sup> Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

<sup>6</sup> Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial. Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

insuficiente, com seus reflexos no caixa e no fluxo de pagamentos e descumprimento de normativos que regulam, dentre outros, as Demonstrações Contábeis.

**19.3.** Trata-se de uma medida prática de gestão de riscos e de controle interno, nos termos do art. 6º da Lei n. 13.303/2016, que é objeto de acompanhamento pelo Conselho de Administração, assim como de fiscalização pela Auditoria Interna e órgãos de controle, como a própria Controladoria Geral da União<sup>7</sup>, podendo vir a sofrer penalizações pela sua inobservância.

**19.4.** Da mesma forma, a verificação dos valores e a sua atualização permitirá a análise quanto à possibilidade da realização de acordos, com repercussão financeira favorável, diminuindo o impacto do valor reservado para os pagamentos, seja contabilmente, seja através de depósitos judiciais, o custo do pagamento da manutenção da ação sob curso, ao invés da realização de acordo, assim como a redução do valor a ser pago.

**19.5.** A Finep realizou em exercícios anteriores acordos em relação aos processos judiciais trabalhistas tendo obtido diminuição dos valores a serem pagos em valor superior a R\$10 milhões<sup>8</sup>, considerando-se ainda a antecipação desses aos seus destinatários.

**19.6.** Verifica-se, portanto, que a contratação sob análise poderá ensejar economia considerável nos valores a serem pagos, especialmente considerando-se que a Finep foi condenada em alguns processos, os quais se encontram em fase de execução.

**20.** A contratação em tela não compreende o parcelamento de outra contratação em vigor ou em vias de concretização, notadamente considerando-se a sua especificidade e pontualidade.

**20.1.** Por outro lado, é necessário avaliar se é possível o agrupamento de itens em lotes, dado que o objeto da prestação do serviço comporta a fragmentação em virtude da sua natureza compreender a elaboração de cálculos que devem observar a mesma legislação e regulamentos, para a definição dos montantes, observadas as teses adotadas pela Finep na defesa dos seus interesses.

**20.2.** Desse modo, é preciso aferir se é possível a contratação de mais de um profissional para a execução das atividades descritas nesse instrumento, notadamente considerando-se que viabiliza maior competitividade, conforme procurou prestigiar a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

**20.3.** Considerando que o objeto da contratação é essencialmente a elaboração de planilhas de cálculos, com a apresentação dos esclarecimentos quanto à definição do valor, em relação a ações trabalhistas ajuizadas em desfavor da Finep, que estejam em fase de execução, o objeto compreende a análise da carteira constituída por tais processos, não havendo outro tipo de serviço que possa ser objeto de prestação por outro fornecedor.

---

<sup>7</sup> Relatório de Auditoria n. 201603241, Unidade auditada: Banco da Amazônia S A, UCI Executora: Controladoria Regional da União no Estado do Pará. <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10875.pdf>

<sup>8</sup> Conforme informações colhidas na AJDA.

**20.3.1.** É relevante considerar ainda que a elaboração dos cálculos deve seguir uma ordem coerente e uniforme, de modo que a segmentação do serviço por diversos prestadores, além de incabível, poderá ensejar risco de adoção de critérios diversos daqueles esposados por essa estatal, bem como dificultar a conclusão dos trabalhos dada a necessidade de trabalho com vários prestadores de serviço de uma vez em exíguo prazo.

**20.3.2.** Por outro lado, a contratação de um único prestador de serviço ensejará a economia de escala dada a necessidade de estabelecimento de procedimentos e controles, além da diminuição do valor a ser pago, em razão da quantidade de serviços a serem fornecidos pelo mesmo contratado.

**20.3.2.1.** Nesse sentido, a pesquisa de preços realizada considerou a fragmentação da contratação em lotes e a contratação da totalidade da carteira definida, de modo a viabilizar a aferição desse aspecto. Arbitrou-se o quantitativo de 10 cálculos por contador, para a verificação da possibilidade ou não de perda de escala.

## **21. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

**21.1.** A carteira de processos judiciais na seara trabalhista que será objeto de análise pelo contratada é constituída por ações que **se encontram em fase de execução com prognóstico de ocorrência de sucumbência provável conforme a atualização realizada em 16/09/2019 é constituída por aproximadamente 39 processos e 178 partes.**

**21.2.** A avaliação quanto às chances de êxito da Finep nas referidas ações foi realizada pelo escritório de advocacia contratado pela FINEP.

## **22. CRITÉRIOS AMBIENTAIS**

**22.1.** No que se refere aos critérios ambientais, considerando-se que a prestação do serviço objeto do **TERMO DE REFERÊNCIA** será realizada mediante a entrega de parecer jurídico, nos termos especificados, não foram identificadas maiores repercussões ou especificações que não aquelas já constantes na minuta contratual padronizada por essa estatal.

## **23. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

**23.1.** No Anexo I-A do **TERMO DE REFERÊNCIA** deverá constar o Instrumento de Medição de Resultado.

**23.2.** Na minuta Instrumento de Medição de Resultado é estabelecida a metodologia para a quantificação os volumes de serviços a demandar, para a execução do contrato, considerando-se como parâmetros os itens especificados no **TERMO DE REFERÊNCIA** ou no **CONTRATO**, que resultarão em glosa total ou parcial, em caso de não cumprimento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no **CONTRATO** e da verificação da hipótese de rescisão.

**23.3.** O valor mensal fixado em contrato para realização dos serviços objeto do **TERMO DE REFERÊNCIA** refere-se ao atendimento total das metas do IMR;

**23.4.** O não atendimento das metas das metas importará pagamento proporcional pelo realizado, conforme os critérios detalhados neste IMR;

**23.5.** Os serviços objeto das especificações do **TERMO DE REFERÊNCIA** serão acompanhados pela fiscalização;

**23.6.** Caso a **FINEP** identifique ocorrências que afetem o cumprimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado, providenciará documento com o detalhamento dos fatos e informará o desconto na fatura do mês à **CONTRATADA**;

**23.7.** O representante da **CONTRATADA** deverá assinar o documento, pelo qual registrará a ciência do teor da avaliação da **FINEP**;

**23.8.** A **CONTRATADA** terá 2 (dois) dias a contar do recebimento do documento, para apresentar o esclarecimento para a prestação do serviço em padrão inferior ao contratado, que poderá ser aceita pela **FINEP**, desde que comprovada a imprevisibilidade da causa e a impossibilidade do seu afastamento total ou parcial pela **CONTRATADA**;

**23.9.** Na hipótese da **CONTRATADA** não apresentar esclarecimentos ou as que forem apresentadas não sejam acolhidas pela **FINEP**, a **CONTRATADA** deverá emitir a fatura mensal com o desconto resultante da medição;

**23.10.** Na hipótese da fatura não apresentar o desconto, a **FINEP** realizará o desconto no pagamento;

**23.11.** O descumprimento contínuo das obrigações da **CONTRATADA** na execução da prestação do serviço quanto à sua qualidade, as prestações abaixo dos níveis mínimos admitidos nos indicadores, além dos redutores aplicáveis, ensejarão apuração em processo administrativo próprio, com a possibilidade de aplicação de sanção;

**23.12.** As regras aplicáveis ao Instrumento de Medição de Resultados são complementares ao previsto no instrumento contratual, no que se refere às retenções ou glosas do pagamento de qualquer documento de cobrança.

**23.13.** Não se aplica à contratação em tela a especificação do material a ser utilizado, o modelo de ordem de serviço, a previsão de capacitação dos empregados dessa estatal, nem a previsão da possibilidade de subcontratação.

## **24. ANTINEPOTISMO, CONDUTA ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES**

**24.1.** Os administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, não podem possuir familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na **FINEP**, em atendimento ao Decreto 7.203/2010.

**24.2.** A **CONTRATADA** deverá ter conhecimento do Código de Ética e de Conduta da **FINEP**, que poderá ser consultado na página da FINEP na internet: HYPERLINK "http://www.finep.gov.br/" \t "\_blank" <http://www.finep.gov.br>.

**24.3.** A fim de evitar possível conflito de interesses, a **CONTRATADA** não poderá atuar em processos administrativos ou judiciais ou prestar consultoria para qualquer tipo de colaborador da **FINEP** durante a vigência do **CONTRATO**.

**24.4.** Após findo o **CONTRATO** com a **FINEP**, a **CONTRATADA** não poderá utilizar-se de informação privilegiada obtida em razão dos serviços prestados para a **FINEP**.

## **25. PROVA DE CONCEITO**

26.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

## **26. ORDEM DE SERVIÇO**

27.1. Não se aplica, conforme anteriormente assinalado.

## **27. DESPESAS REEMBOLSÁVEIS E DESLOCAMENTOS**

28.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

## **28. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA**

29.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

## **29. CONDIÇÕES QUE POSSAM AJUDAR NA IDENTIFICAÇÃO DE QUANTITATIVO DE PESSOAL E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

29.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

## **30. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, NAS LICITAÇÕES DO TIPO TÉCNICA E PREÇO**

30.1. Não se aplica à modalidade da contratação.

## **31. CRITÉRIOS PARA A APLICAÇÃO DE PENALIDADES**

31.1. As previstas no instrumento padrão.

## **32. DECLARAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE DE QUE NÃO HOUVE AUXÍLIO DE ESCRITÓRIO OU DE TERCEIRO EXTERNO NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

32.1. A AJDA não se utilizou de subsídios externos.

## **33. PROTEÇÃO DE SIGILO DE DADOS**

**33.1.** A **CONTRATADA** não poderá divulgar, nem fornecer, senão previamente autorizada pela FINEP qualquer informação objeto dessa contratação a terceiros.

**33.2.** Os empregados da **CONTRATADA** deverão subscrever termo específico constante nesse anexo relativo ao compromisso de sigilo das informações acessadas.



**ANEXO I-A**

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

<b>Indicador</b>	
<b>Entrega dos cálculos solicitados pela Finep de acordo com decisão judicial com a análise, de acordo com o termo de referência</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir o recebimento tempestivo e de acordo com os interesses da Finep dos cálculos relativos às ações indicadas.
<b>Meta a cumprir</b>	Entrega da totalidade dos cálculos com respectivas análises solicitadas.
<b>Instrumento de medição</b>	Relatório de acompanhamento pelo fiscal do contrato.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Conferência dos cálculos e respectivas análises recebidas.
<b>Periodicidade</b>	Semanal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	O serviço será verificado e valorado mensalmente pelo número de cálculos e análises encaminhadas pela contratada.
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<p>Se acontecer da entrega <math>Z &lt; 120</math> uma vez no prazo de 30 dias para a entrega dos cálculos e das análises – multa de 0,2% ao dia (contados a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a entrega dos cálculos) sobre o valor do contrato.</p> <p>Se acontecer <math>Z &lt; 120</math> duas a três vezes no prazo de 30 dias para a entrega dos cálculos e das análises – multa de 0,5% ao dia (contados a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a entrega dos cálculos) sobre o valor do contrato.</p> <p>Acima de 3 vezes – 0,6 % ao dia.</p>
<b>Sanções</b>	As previstas no contrato.
<b>Observações</b>	-

## ANEXO II

### PLANILHA DE PREÇOS

**Ref.: Pregão eletrônico nº 19/2019.**

**OBJETO:** Contratação de prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista, assim como a emissão de análise técnica, quanto ao valor devido nas ações judiciais trabalhistas nas quais a Finep figura como parte, em qualquer fase processual, incluindo a identificação e caracterização das parcelas reclamadas em cada processo trabalhista, para cada reclamante, bem como a execução de cálculos para estimativa e apuração dos valores dos pedidos, dos depósitos recursais, das condenações e das liquidações dos débitos, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista.	356		

**VALIDADE DA PROPOSTA:** **XX (XXXX)** dias, a contar do dia da sessão de recebimento da mesma (*observar o subitem 5.5 do Edital*).

[Local], XX de XXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Representante legal]

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

### ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO E DADOS BANCÁRIOS

**Ref.: Pregão eletrônico nº 19/2019.**

**OBJETO:** Contratação de prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista, assim como a emissão de análise técnica, quanto ao valor devido nas ações judiciais trabalhistas nas quais a Finep figura como parte, em qualquer fase processual, incluindo a identificação e caracterização das parcelas reclamadas em cada processo trabalhista, para cada reclamante, bem como a execução de cálculos para estimativa e apuração dos valores dos pedidos, dos depósitos recursais, das condenações e das liquidações dos débitos, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA:

1) que o endereço eletrônico abaixo informado será o meio utilizado pela Finep para troca de quaisquer informações necessárias ao bom andamento das negociações, assinatura e execução do contrato, sendo inclusive o meio considerado para contagem de prazos, sendo de inteira responsabilidade desta empresa comunicar à Finep quando houver alteração no referido endereço eletrônico, bem como garantir a sua acessibilidade.

**Endereço Eletrônico:** \_\_\_\_\_

2) que os dados bancários para fins de pagamento pela **Finep** são:

**Banco:**

**Agência:**

**Conta Corrente:**

3) Dados para contato por telefone:

**Pessoa de contato:** \_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_

[Local], XX de XXXXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Representante legal]

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

Financiadora de Estudos e Projetos – **Finep**

Instrumento Contratual Código Nº:

**XX.XX.XXXX.00**

### CONTRATO ENTRE A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP E **[NOME DA CONTRATADA]**

**Financiadora de Estudos e Projetos - Finep**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, com sede em Brasília/DF, e serviços nesta cidade, à Av. República do Chile, nº 330, Torre Oeste – Centro, Edifício Ventura, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 33.749.086/0001-09, doravante denominada **Finep** e **XXXXXX**, com sede em **XXXXXX** na **XXXXXX**, n.º **XXX**, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **XXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, por seus representantes legais, ao final identificados, firmam o presente Contrato nos termos da legislação vigente – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com base na homologação de fls. **XX** do processo de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 19/2019** e acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

- 1.1. Contratação de prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista, assim como a emissão de análise técnica, quanto ao valor devido nas ações judiciais trabalhistas nas quais a Finep figura como parte, em qualquer fase processual, incluindo a identificação e caracterização das parcelas reclamadas em cada processo trabalhista, para cada reclamante, bem como a execução de cálculos para estimativa e apuração dos valores dos pedidos, dos depósitos recursais, das condenações e das liquidações dos débitos, para o atendimento das necessidades dessa estatal, no âmbito da Justiça do Trabalho, do Instituto Nacional de Seguridade Social, da Receita Federal e do FGTS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÕES

- 2.1. O objeto deste instrumento obedecerá rigorosamente às Especificações da **Finep** constantes do Termo de Referência do Edital nº **19/2019** e da Proposta de Preços de **XX** de **XXXXXX** de 201**X** da **Contratada**, no que não colidir com o presente instrumento, constituindo estes, anexos a este Contrato.
- 2.2.1. O objeto será executado no regime de empreitada por preço unitário.

- 2.1.2. Qualquer alteração que se demonstre necessária durante a execução deste Contrato deverá ser previamente aprovada pela **Finep**, por escrito.

### CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR

- 3.1. O valor total deste contrato é de até R\$ xxxxx (xxxxx), conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Prestação de serviços de contabilidade, na área trabalhista, para elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais na área trabalhista.	356		

- 3.2. Estão incluídos no preço acima, o lucro, o ISS, e todos os custos necessários que venham incidir à perfeita execução do objeto deste Contrato, inclusive despesas com fretes, transportes, embalagens, taxas, impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, inclusive o ISS, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e financeiras de qualquer natureza, e quaisquer seguros incidentes ou que venham a incidir à prestação dos serviços.

### CLÁUSULA QUARTA: PRAZO

- 4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 90 (noventa) dias a contar de **XX/XX/XXXX**, prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos.
- 4.2. Até 120 (cento e vinte) dias antes do término de cada período de vigência contratual, cabe a **Contratada** comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito, o seu propósito de não prorrogar a vigência por um novo período.
- 4.3. Caso a **Contratada** se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar, nos termos da Cláusula acima, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de PENALIDADES deste Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA: GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 5.1. Será apresentada garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, equivalente ao montante de R\$ **XXXXXX (XXXXXX)**.
- 5.2. A garantia terá validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, sendo-lhe devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais, devendo ser renovada a cada prorrogação, em cada uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, que deverá ser depositada no Banco Santander-033, agência 1123 - conta corrente nº 13069873-8, CNPJ nº 33.749.086/0001-09;
  - b) Seguro-garantia;
  - c) Fiança bancária.
- 5.3. A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da **Finep**, contados da data de assinatura deste Instrumento Contratual.
- 5.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 5.3.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à **Contratada**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato para constituição de garantia.
- 5.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - b) prejuízos diretos causados à **Finep** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela **Finep à Contratada**; e
  - d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **Contratada**, quando couber.
- 5.5. O depósito de garantia da execução contratual deverá obedecer ao seguinte:
- a) A garantia apresentada na modalidade seguro-garantia deverá ter prazo de validade que abranja todo prazo de execução do Contrato mais os 90 (noventa) dias subsequentes e deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice;
  - a.1) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.4, observada a legislação que rege a matéria;
  - b) Se a garantia ofertada for a fiança bancária, deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem e se obrigar em solidariedade, nos termos dos artigos 827 e 838 do Código Civil em vigor. A carta de fiança deverá ser acompanhada por documento que ateste o poder de representação de seu signatário.
- 5.6. Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **Contratada** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **Finep**.
- 5.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 5.8. Será considerada extinta a garantia:

- 5.8.1. Com o término da vigência da apólice, devolução da carta fiança ou devolução da caução depositada, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 5.8.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
- 5.9. Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado do período.

#### **CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 6.1. São obrigações da **Contratada**, além de todas as condições previstas também no Termo de Referência, no Edital do **Pregão nº 19/2019** e leis vigentes, respeitando-se a especificidade do serviço ora contratado:
  - a) obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei, quando for o caso;
  - b) designar encarregado responsável para representá-la na execução do Contrato, que deverá ser o elemento de contato entre a **Contratada** e a **Finep**;
  - b.1) cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com o fiscal do contrato designado pela **Finep**, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
  - c) utilizar pessoal selecionado e de comprovada competência técnica e bom comportamento, que deverá obedecer às normas internas da **Finep**, mormente ao que se refere às normas de ética, segurança e saúde;
  - d) afastar ou substituir, a seu critério ou por recomendação da **Finep**, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da Finep ou terceiros;
  - e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou à **Finep**;
  - f) arcar com as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, tais como seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público ou em Convenção Coletiva resultantes da execução do Contrato;
  - g) prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep**, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
  - h) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do presente instrumento, devendo comunicar à **Finep** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

- i) observar as normas condominiais e da **Finep** na execução dos serviços e na circulação e permanência no prédio;
- j) observar que os dados bancários, informados na Declaração de Endereço Eletrônico e Dados Bancários – **Anexo III** do Edital, devem estar vinculados ao seu CNPJ e, na hipótese de alteração dos mesmos, a **Finep** deverá ser oficialmente informada, respeitando-se, no entanto, que a conta corrente deve estar em nome da **Contratada**;
- k) responsabilizar-se pela divulgação de qualquer informação sobre a **Finep** e os projetos por esta financiados que seus empregados venham a ter acesso, direta, indireta ou mesmo acidentalmente, em virtude do serviço prestado;
- l) responsabilizar-se pela perfeita execução deste Contrato, obrigando-se a executá-lo com a observância de todas as normas legais, regulamentares, técnicas e éticas que envolvam execução, realização e aquisição de bens e serviços inerentes ao mesmo;
- n) providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando à **Finep**, sua exclusão obrigatória do SIMPLES, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a **Contratada**, quando optante do SIMPLES:
  - n.1) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
  - n.2) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006.
- o) abster-se da prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, bem como contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente os dispostos no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), não oferecendo, dando ou se comprometendo a dar a quem quer que seja, ou aceitando ou se comprometendo a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma;
- p) manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos;
- q) considerar em suas práticas de gestão a adoção de medidas de integridade, assim consideradas aquelas voltadas à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção;
- r) respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética, Conduta e Integridade da Finep, que se encontra disponível na página da Finep na internet (<http://www.finep.gov.br>), assim como atentar para demais orientações de integridade disponibilizadas pela Finep;
- s) não adotar, não incentivar e repudiar condutas que gerem inconformidades com a legislação aplicável às empresas públicas, em especial à Lei nº 12.527/2011, à Lei nº 12.813/2013, à Lei nº 12.846/2013 e à Lei nº 13.303/2016;



t) não subcontratar, total ou parcialmente, outra empresa para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Contrato, salvo para transporte de materiais.

6.2. São obrigações da **Finep**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **Contratada** dentro dos prazos previstos neste instrumento desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste instrumento;
- b) designar fiscal, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, sendo o elemento de ligação entre as partes;
- c) comunicar oficialmente à **Contratada** quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante da **Finep** devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

7.1.1. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao representante da **Finep** designado para a fiscalização do contrato.

7.1.2. O exercício da fiscalização pela **Finep**, indicado no subitem anterior não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da **Contratada**.

7.2. À **Finep** fica desde já assegurado o direito de:

- a) solicitar à **Contratada** o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta em relação aos dirigentes, empregados da **Finep** ou terceiros;
- b) determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- c) rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- d) impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais; e
- e) ordenar a suspensão da execução do objeto ora contratado, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a **Contratada** e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção na execução do objeto.

7.3. Quaisquer esclarecimentos solicitados pela **Finep** deverão ser prestados imediatamente, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

### CLÁUSULA OITAVA: RECEBIMENTO

- 8.1. O objeto será recebido provisoriamente, quando do recebimento do documento fiscal. Quando verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:
- a) a **Contratada** será convocada a efetuar-los, às suas expensas, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de convocação. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade;
  - b) na não realização dos ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo ser instaurado procedimento de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.
- 8.2. A partir do recebimento provisório, a **Finep** efetuará a verificação do atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Contrato e em seus Anexos, recebendo definitivamente o objeto através de atesto na Nota Fiscal.
- 8.3. O recebimento definitivo:
- a) constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado; e
  - b) não exclui a responsabilidade da **Contratada** por vícios revelados posteriormente ou pela garantia dos materiais entregues.

### CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Pelo objeto descrito nas cláusulas primeira e segunda deste instrumento, a **Finep** realizará o pagamento à **Contratada**, na forma e no prazo estipulados no item 9.3 desta Cláusula, respeitado o valor do contrato disposto na Cláusula Terceira.
- 9.2. Para efeito de cobrança de valores contratuais, a **Contratada** deverá emitir Nota Fiscal em nome da **Finep** Rio de Janeiro, CNPJ nº 33.749.086/0002-90, encaminhando-a com a discriminação das importâncias devidas.
- 9.2.1. Nos estados onde já estejam implantadas a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, esta será obrigatória, para a finalidade de que dispõe o subitem 9.2, acima.
- 9.3. Uma vez recebida a nota fiscal discriminativa, acompanhada, se for o caso, de documentos acessórios, a **Finep** providenciará sua aferição e, constatado o cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados após o ateste da prestação do serviço emitido pelo fiscal da **Finep**, para o qual será observado o cumprimento do disposto no Termo de Referência.
- 9.3.1. A **Finep** fica obrigada a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 34 da Lei nº 10.833/03, regulado pela Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas alterações e do ISS na forma da legislação pertinente e ainda as retenções previdenciárias obrigatórias na forma da Lei, quando for o caso.
- 9.3.2. Fica a **Contratada** ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, quando assim couber, obedecendo ao disposto na Instrução Normativa nº 1.234/12/RFB e suas

alterações. A Declaração deverá ser apresentada no ato da entrega da Nota Fiscal, no modelo disposto no Anexo IV da referida IN.

- 9.3.3. As entidades beneficentes de assistência social previstas nos incisos III e IV do caput do art. 4º da IN 1.234/12/RFB que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente com a declaração de que trata o caput do art. 6º da referida IN, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.
- 9.4. Caso sejam verificadas divergências, a **Finep** devolverá o documento fiscal à **Contratada** ou solicitará a emissão de novo documento fiscal, sendo admitida a carta de correção quando cabível.
- 9.5. Antes de cada pagamento à **Contratada**, será verificada a regularidade da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e a Relação de Inabilitados ou Relação de Inidôneos do TCU.
- 9.5.1. Constatando-se a situação de irregularidade da **Contratada**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.5.2. Havendo circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **Contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária com depósito na conta corrente indicada pela **Contratada**, cujo comprovante servirá como recibo de quitação.
- 9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO

- 10.1. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
  - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 13.303/2016;
  - c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
  - d) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
  - e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução de serviço;
  - f) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **Contratada** e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: MATRIZ DE RISCOS

- 11.1. A **Finep** e a **Contratada**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo A deste Contrato.
- 11.1.1. O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Reajuste deste Contrato.
- 11.1.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **Contratada**.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: REAJUSTE

- 12.1. Não haverá reajuste do valor contratado.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: NÃO EXERCÍCIO DE DIREITOS

- 13.1. O atraso ou a abstenção pela **Finep** do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente Contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no

cumprimento das obrigações assumidas pela **Contratada**, não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da **Finep**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PENALIDADES**

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial ou atraso injustificado na execução deste Contrato, inclusive por falha ou fraude na execução do mesmo e ainda pelo descumprimento de qualquer prazo e/ou obrigações estipuladas no Termo de Referência e neste Instrumento pela **Finep**, esta poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **Contratada** as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que couber:
- a) Advertência.
  - b) Multa:
    - b.1) contratual: de até 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
    - b.2) moratória: de até 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do Contrato, aplicável no atraso das providências requeridas pela **Finep**.
    - b.3) moratória: de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), por dia de atraso na prestação da garantia contratual.
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Finep**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando tratar-se de:
    - c.1) falha na execução do Contrato;
    - c.2) fraude na execução do Contrato;
    - c.3) comportamento de modo inidôneo;
    - c.4) cometimento de fraude fiscal;
    - c.5) apresentação de declaração ou documentação falsa;
    - c.6) retardamento da execução do objeto; e
    - c.7) demais ações que venham a comprometer a regular execução do objeto pactuado.
- 14.2. A **Contratada** não incorrerá na sanção referida nos itens **b.2** e **b.3** caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pela **Finep**, devidas a comprovado impedimento na execução das obrigações.
- 14.3. As sanções previstas nos itens **a** e **d** poderão ser aplicadas juntamente com a do item **b**, facultada a defesa prévia da **Contratada**, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.4. A sanção prevista no item **d** implica a imediata rescisão.

- 14.5. A cobrança da multa será feita na forma da lei, podendo ser descontada da garantia, se houver, após regular processo administrativo.
- 14.5.1. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **Finep** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 14.5.2. O prazo para pagamento da multa aplicada pela **Finep** não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis a partir da intimação da empresa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: RESCISÃO**

- 15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:
- a) por mútuo acordo entre as partes, mediante aviso prévio por escrito de 30 (trinta) dias.
  - b) por via judicial, nos termos da legislação.
  - c) motivadamente, sem direito à indenização quando esgotado o prazo recursal, a contratada não realizar o pagamento da multa aplicada.
  - d) motivadamente, sem direito à indenização, quando, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, for caracterizado o inadimplemento contratual.
  - e) motivadamente, sem direito à indenização, quando, durante a execução contratual, for identificado cometimento de conduta tipificada como crime na legislação penal por parte da contratada.
  - f) quando não cumprido o Instrumento de Medição de Resultado anexado ao Termo de Referência.
  - g) unilateralmente, mediante comunicação com, no mínimo, 4 (quatro) meses de antecedência e pagamento de multa no valor de 2 (dois) meses, proporcional ao tempo restante do contrato após o cumprimento do aviso prévio, em até 15 (quinze) dias após o ato da comunicação.
  - g.1) fica desde já ajustado que, caso a parte venha a rescindir antecipadamente este contrato, sem formalizar tal intenção à outra parte conforme item acima, ou se formalizar tal intenção mas não cumprir o prazo devido do item supra, pagará, no ato da rescisão, além da multa prevista no item f, o valor do contrato referente ao período não cumprido de aviso prévio.
- 15.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Contratada**, a **Finep** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VEDAÇÕES**

- 16.1. É vedado à **Contratada**:
- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
  - b) interromper injustificadamente a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **Finep**, salvo nos casos previstos em lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: ANTINEPOTISMO E CONDUTA ÉTICA

- 17.1. Os administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem o quadro técnico empregado na execução do serviço, não podem possuir familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) detentor de cargo comissionado ou função de confiança na **Finep**, em atendimento ao Decreto 7.203/2010.
- 17.2. A **Contratada** declara ter conhecimento do Código de Ética e de Conduta da Finep, que poderá ser consultado na página da **Finep** na internet: <http://www.finep.gov.br>, ou requisitado ao Fiscal do Contrato.
- 17.3. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas da **Finep** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria, por meio do endereço <http://www.finep.gov.br/ouvidoria> ou na Avenida República do Chile, 330, 11º andar, Torre Oeste, Centro, CEP 20.031-170.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: VINCULAÇÃO DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 18.1 O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Compras, Contratações e Contratos Administrativos da Finep e aos casos omissos as disposições do Código Civil Brasileiro e demais normas aplicáveis, e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 19/2019, bem como à proposta da **Contratada**.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: FORO

- 19.1. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes, podendo a **Finep** optar pelo foro de sua sede.

Este contrato foi elaborado com base na minuta aprovada por **XXXXXXXX**, advogado da Finep, quando da elaboração do Edital.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Local e data

Pela **Financiadora de Estudos e Projetos – Finep**:

---

[Autoridade competente]

---

[Autoridade competente]

Pela **CONTRATADA**:

---

Nome:

Cargo:

End.:

CI:

CPF:

---

Nome:

Cargo:

End.:

CI:

CPF:

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF:



**ANEXO A**

**MATRIZ DE RISCO**

<b>Descrição do Risco</b>	<b>Consequência</b>	<b>Medidas mitigadoras ou preventivas</b>	<b>Alocação do Risco</b>
Atraso ou defeito na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Prejuízos financeiros para a Finep.	Monitoramento das entregas e aplicação de penalidades, quando cabível.	Finep
Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Finep, que comprovadamente repercutam no preço da Contratada.	Aumento do custo do serviço.	Revisão de preço.	Finep
Elevação dos custos operacionais para a execução do objeto contratado, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do serviço.	Planejamento.	Contratada
Responsabilização da Finep por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a Finep, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a essa devidos, da quantia despendida pela Finep, não cobertos pela garantia.	Contratada
Pagamento das verbas trabalhistas em valor em desacordo com a legislação, ou das decisões judiciais.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário), imposição de multas e sanções.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a essa devidos, da quantia despendida pela	Contratada

		Finep ou seus empregados.	
Recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento em relação a valores de natureza Tributária, Previdenciária e FGTS, dentre outros previstos no Termo de Referência, quando devido, sem que haja culpa da Finep.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário), imposição de multas e sanções.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a essa devidos, da quantia despendida pela Finep ou seus empregados.	Contratada
Atuação da Contratada em situação que configure conflito de interesses.	Prejuízos financeiros, bem como consequências legais negativas para a Finep.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a essa devidos, da quantia despendida pela Finep.	Contratada